

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL ABELARDO  
LUZ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROCESSO nº 0164/2023**

**EDITAL nº 091/2023**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

A empresa T1 TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 23.031.102/0001-70, sediada à Av Getúlio Dorneles Vargas, 4135, Bairro Líder – Chapecó / SC, Cep: 89805-186, vem, nos autos do processo licitatório em epígrafe, com fulcro no art. 44, § 2º do Decreto n.º 10.024/2019, art. 4º, inc. XVII da Lei nº 10.520/2002 e em especial o item 10.1 do Edital, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, pelos relevantes fundamentos de fato e de direito que seguem:

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Primeiramente, é relevante salientar que, de acordo com o inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2022, é viável interpor recurso administrativo em um período de 3 (três) dias, dessa forma dia 02 que será desconsiderado, contando os três dias o prazo estipulado será o dia 05/10/2023 para formalizar suas contrarrazões.

Dessa forma, é válido ressaltar que o prazo estabelecido ainda está em andamento.

## II – DOS FATOS

Em 27 de setembro de 2023, a parte recorrente, VOXCITY, expressou sua intenção de interpor recurso, fundamentando sua alegação na simples assertiva de que as empresas participantes do certame não atendem aos requisitos técnicos estipulados no Termo de Referência.

Posteriormente, em 29 de outubro de 2023, a recorrente VOXCITY formalizou suas justificativas, alegando que: *“Destaca-se que as empresas Athostec Soluções tecnológicas LTDA, T1 Telecom LTDA, Oeste Telecomunicações LTDA apresentaram somente um manual de instrução do Telefone sem fio, descumprindo o exigido no edital, infringido diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois em face a ausência do datasheet este não poderia ser conferido, constata-se ainda que não se consegue precisar qual aparelho será fornecido pois no manual consta outros modelos.”*

## III – PRELIMINARMENTE - DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO

Inicialmente, sustentamos que o recurso apresentado pela empresa VOXCITY não deveria sequer ser considerado,

Tendo em vista, regulamentado pelo Decreto do Pregão Eletrônico nº 5.450, de 31 de maio de 2005, a partir do momento em que o vencedor do certame é declarado, qualquer licitante tem o direito de manifestar sua intenção de recorrer, sendo-lhe concedido um prazo de três dias para apresentar as razões do recurso.

No entanto, a mera manifestação dessa intenção não é suficiente, uma vez que o registro deve ser realizado de maneira imediata e motivada, conforme claramente delineado pelo Artigo 26 do referido Decreto.

Portanto, a intenção de recorrer registrada não deveria ter sido acolhida devido à sua vagueza e à ausência de motivação. Tal atitude está em desacordo com as disposições do próprio Edital de licitação.

O Edital, conforme explicitado no item 10.2 (página 6), é inequívoco ao afirmar:

*10.2 - A manifestação durante a Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são requisitos para a admissibilidade dos recursos.*

Cabe ao pregoeiro realizar a análise preliminar da admissibilidade do recurso, verificando a observância dos pressupostos recursais.

Nesse contexto, é pertinente mencionar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), citado pelo próprio recorrente, como segue:

*10.4. Isto posto, tem-se, portanto, que o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer, na modalidade pregão - tanto eletrônico como presencial, levado a efeito pelo Pregoeiro, deve se limitar à análise acerca da presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sendo vedado a este agente analisar, de antemão, o próprio mérito recursal, em que pese-lhe ser lícito examinar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento. (TCU Acórdão 339/2010 – Plenário) (grifo nosso)*

Na situação em questão, torna-se inviável alegar a existência de razoabilidade nos motivos apresentados, de maneira simplesmente inexistente ou, no mínimo, não esclarecida pela recorrente ao registrar sua intenção de recurso.

O TCU já tratou a matéria, de forma clara:

*“É pertinente a rejeição da intenção de recurso pelo pregoeiro, ante argumentos genéricos, que não servem de fundamento para intenção de recurso, em razão da imprecisão e da inconsistência de seu conteúdo”.* (Acórdão 5804/2009-Primeira Câmara| Relator: Valmir Campelo) (grifo nosso)

Citamos as orientações de Marçal Justen Filho nesta temática:

*“Lembre-se que A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO TEM DE SER MOTIVADA, O QUE EXCLUI IMPUGNAÇÕES GENÉRICAS. Ressalva-se, quanto a isso, o problema da nulidade absoluta, o que se voltará adiante. O recorrente disporá de três dias para formalizar a complementação das razões recursais. NESSE SENTIDO DE COMPLEMENTARIEDADE, ADUZ VERA MONTEIRO QUE “DEVE HAVER UMA VINCULAÇÃO ENTRE AQUILO QUE O LICITANTE INDICOU COMO SENDO SEU DESCONTENTAMENTO COM O PREGÃO AO FINAL DA SESSÃO E SUAS RAZÕES RECURSAIS. SOMENTE OS RECURSOS QUE OBSERVAREM ESTA REGRA É QUE PODEM SER CONHECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO. ”*

Joel de Menezes Niebuhr, já tratou o tema:

*“Os licitantes devem declinar, já na própria sessão, os motivos dos respectivos recursos. Dessa sorte, aos licitantes é vedado manifestar a intenção de recorrer somente para garantir-lhes a disponibilidade de prazo, porquanto lhes é obrigatório apresentar os motivos dos futuros recursos. E, por dedução lógica, os licitantes não podem, posteriormente, apresentar recursos com motivos estranhos aos declarados na sessão. Se o fizerem, os recursos não devem ser conhecidos. Obviamente, o licitante não precisa tecer detalhes de seu recurso, o que será feito, posteriormente, mediante a apresentação das razões por escrito. Contudo, terá que, na mais tênue hipótese, delinear seus fundamentos”* (Joel Niebuhr, Pregão Presencial e Eletrônico, Ed. Fórum, 6ª Ed., p. 219). (grifo nosso)

Embora a recorrente tenha cumprido o prazo legal para a manifestação, não se pode considerar que tenha fornecido uma justificativa adequada. Sua manifestação, dentro desse prazo, consiste em uma declaração genérica, desprovida de qualquer indicação mínima que elucide a razão subjacente ao seu questionamento.

Neste contexto, não afirmamos que a recorrente deva detalhar exaustivamente suas razões; no entanto, é imperativo que ela trace os fundamentos do recurso, o que não ocorreu no presente caso. A empresa VOXCITY simplesmente indicou sua intenção de recorrer da decisão, alegando que "*as empresas não atendem aos requisitos do termo de referência*". Que requisitos são esses? Como a empresa poderia determinar se todas as licitantes cumprem ou não o Termo de Referência quando apenas um envelope de habilitação foi aberto? Não há o mínimo indicativo do objeto do recurso, tornando a manifestação genérica, desmotivada e protelatória.

Portanto, devido à ausência de uma motivação mínima durante o registro da intenção de recurso pela empresa VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, propõe-se a anulação da aceitação da intenção de recorrer registrada, considerando prejudicado o recurso interposto, com a subsequente declaração de vitória para esta Recorrida no certame.

#### **IV – DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS**

Apesar de reconhecermos que o Recurso apresentado deve ser considerado nulo, a fim de enriquecer a discussão, abordaremos os méritos dos motivos apresentados pela recorrente, os quais demonstram ser procrastinatórios e carentes de fundamentação legal que poderiam alterar a decisão apropriada da comissão e do pregoeiro.

#### **DA FALTA DE DATASHEET**

Cita a recorrente que:

*“...as empresas Athostec Soluções tecnológicas LTDA, T1 Telecom LTDA, Oeste Telecomunicações LTDA apresentaram somente um manual de instrução do Telefone sem fio, descumprindo o exigido no edital, infringido diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois em face a ausência do datasheet este não poderia ser conferido, constata-se ainda que não se consegue precisar qual aparelho será fornecido pois no manual consta outros modelos. ”*

É preciso salientar que o recurso apresentado pela Voxcity é puramente procrastinatório, uma vez que foi formulado de maneira "genérica". A empresa teve tempo suficiente para uma análise documental adequada e, ao questionar sobre equipamentos que atendiam a todos os requisitos, busca simplesmente justificar sua solicitação.

Ressaltamos que é de conhecimento comum das empresas atuantes na área de telefonia IP que os requisitos mínimos exigidos pelo Termo de Referência desta licitação são comuns a todos os telefones e bases sem fio mencionados no manual.

Uma pesquisa simples na internet, caso houvesse dúvida, poderia ter evitado atos protelatórios, como demonstraremos ao apresentar os Datasheets junto com as contrarrazões.

Além disso, destacamos que o manual fornecido abrange 5 (cinco) modelos de equipamentos, incluindo 2 (duas) bases para telefones IP sem fio e 3 (três) aparelhos telefônicos IP sem fio. É relevante ressaltar que todos os equipamentos descritos no manual atendem integralmente aos requisitos estipulados no edital.

Portanto, tal argumento é refutado, e a decisão de declarar a Recorrida habilitada provisoriamente deve ser mantida.

#### IV - DO PEDIDO

Diante do exposto e considerando os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos o seguinte:

1 - Primeiramente, requeremos que seja negado o conhecimento ao recurso interposto, em virtude da ausência de motivação na intenção de recurso apresentada;

2 - Quanto ao mérito, caso seja objeto de análise, solicitamos que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, mantendo-se inalterada a habilitação da empresa na fase de lances.

Caso o Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei nº 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei nº 8.666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos,  
Requer deferimento.

Chapecó (SC), 05 de outubro de 2023.

---

**T1 TELECOM LTDA**

**Vander Ismael Kuhn**

**CPF: 036.808.029-35**